

# A morte e a vida: Perspetivas de um cristão

JOÃO MANUEL DUQUE\*

## 1. Interpretações

Genericamente, devemos começar pela constatação de que os modos como concebemos a relação entre a morte e a vida dependem, claramente, de opções interpretativas. Essas opções não são, evidentemente, arbitrárias, mas não se podem basear, em última instância, em demonstrações científicas irrefutáveis ou apodíticas. Trata-se, pois, de «crenças», se entendermos esse conceito no seu sentido mais abrangente: interpretações (fundamentadas) do real, nas quais fazemos assentar a nossa visão do mundo, mas em relação às quais a liberdade humana pode fazer opções. Este estatuto das posições frente à relação entre vida e morte aplica-se a todas elas, cristãs ou não, teístas ou não. Em última instância, uma posição que defenda a vida, para além da morte, tem a mesma base «crente» (como convicção honesta e livremente assumida) que uma posição que defenda a inexistência dessa vida. Nisso, penso que estão de acordo cristãos e não cristãos, desde que habitados por uma intenção correta e pela honestidade do respeito mútuo.

Mas a questão da interpretação é ainda mais complexa, pois implica o modo como entendemos os conceitos e as realidades envolvidas. Num debate, o esclarecimento desses conceitos e do modo como se interpretam é absolutamente fundamental, para evitar falar de coisas completamente diferentes, mesmo quando se utilizam as mesmas palavras.

---

\* Universidade Católica Portuguesa – Braga.

Ora, as noções de vida e de morte são muito complexa e podem ser interpretadas de vários modos. Sem entrar em questões estritamente científicas – que serão certamente mais complexas do que pode pensar um cidadão comum – a habitual noção de vida redu-la à sua dimensão dita biológica: a vida existe num organismo vivo e deixa de existir quando esse organismo está morto. É claro que, já aqui, se levanta a complexa questão de saber se o organismo morto, nas suas partes, está verdadeiramente morto, ou se continua desse modo. Seja como for, a morte aplica-se ao organismo, enquanto tal e na sua totalidade.

Mas, já aqui se esboça um nível mais complexo da noção de vida e de morte. Quando um organismo morre, o que morre é a dimensão unitária desse organismo, não necessariamente toda e cada uma das partes que o constitui. Nesse sentido, a morte de um organismo tem um significado que é mais profundo do que o desaparecimento de cada elemento físico desse mesmo organismo. Aliás, como cadáver, esses elementos permanecem ainda. E depois de desfeito o cadáver, esses elementos permanecem, sendo embora outra coisa – mas que coisa, afinal?

Entramos, já aqui, no âmbito da questão da identidade. Se morre um organismo, é a vida desse organismo – com uma identidade determinada – que deixa de existir, e não propriamente a sua existência física. A identidade de um organismo, enquanto vida sua – que certas culturas colocam na circulação sanguínea – envia-nos para uma dimensão de vida (a vida de uma identidade) que não coincide, completamente e apenas, com as realizações biológicas, embora delas dependa. Assim, poderíamos dizer que a morte não é o fim de um objeto (*o que morre*), mas o fim de uma identidade (*quem morre*), que nos seres vivos é sempre a identidade de um organismo – pois, como objeto, nada termina propriamente, apenas se transforma.

Ora, ao falarmos de identidade e aplicando de imediato a questão aos humanos, entramos no âmbito da antropologia, ou seja, das interpretações do humano. Se partirmos do pressuposto de que um ser humano, sendo um organismo como qualquer outro, não é apenas um organismo, mas esse organismo com uma dimensão pessoal, então a identidade do organismo coincide com a identidade pessoal de cada sujeito humano. Se essa identidade pessoal não existe sem a sua articulação como organismo – a que chamamos, normalmente, corpo – ela implica uma dimensão que não coincide totalmente com a dimensão orgânica do organismo. A isso se chamou, tradicionalmente e com muitas ambiguidades, dimensão espiritual do corpo humano ou, noutra nomenclatura, alma. A alma seria um corpo na sua dimensão de identidade pessoal.

Temos, pois, já duas interpretações de vida: existência de um organismo em determinadas condições (que terminam com a morte) e existência de uma identidade pessoal, ligada a esse organismo, que também terminará com a morte. Ora, se estas noções de vida, embora ligadas, são diferentes, também serão diferentes as respetivas noções de morte. A morte do organismo é o fim

de determinado funcionamento desse organismo; a morte da identidade pessoal será o fim dessa identidade. O fim do funcionamento do organismo é irrecuperável, o que implica a afirmação da inexistência de vida desse organismo, para além da morte. Mas implicará isso o fim da vida, enquanto identidade pessoal – enquanto sujeito humano?

Para tentar responder a esta questão convém avançar ainda mais nas questões antropológicas: como se constitui e o que caracteriza a identidade pessoal de um sujeito humano. Ora, a conclusão de certa antropologia é que essa identidade não se constitui como puro produto do organismo individual. É certo que, sem esse organismo, essa identidade é impossível – sem corpo, não há pessoa, no sentido normal do termo. Mas o processo de construção da identidade individual implica o envolvimento do corpo numa dimensão incontornável: a dimensão relacional. A identidade pessoal constitui-se na relação a outras identidades, seja como acolhimento ou recepção, seja como convivência de identidades, seja como dádiva a outros. Um sujeito humano é um ser a partir de outros, com outros e para outros. A relação é, pois, o constituinte fundamental da vida, enquanto vida da pessoa, na sua identidade.

Essa vida terminará com a morte do organismo? A resposta a esta questão é que poderá decidir, na perspetiva da antropologia bíblico-cristã, sobre existência ou não de vida para além da morte (do organismo). Antes de mais, teremos que ser claros que essa vida não poderá ser nunca a recuperação da vida do organismo. Se a vida fosse apenas determinado funcionamento do organismo, então teríamos que admitir a inexistência da vida para além da morte. Mas, como vimos, a vida tem significados mais vastos. Por isso, é a esse nível que a questão deve ser colocada.

Se a vida da identidade pessoal é essencialmente relacional, e se essa relação se dá na mediação do organismo – da existência corpórea – então temos que admitir que a identidade pessoal termina com a morte do organismo, pois assim termina a relação aos outros. A questão que fica é se essa é a última palavra sobre a pessoa, sendo esta irrecuperável em todos os aspetos.

Para podermos compreender melhor a posição do cristianismo relativamente a este aspeto, penso que será importante esclarecer ainda um outro conceito: o conceito de vida eterna, precisamente aquela que o cristão acredita ser possível à pessoa, mesmo depois do fim do seu organismo. A vida eterna não significa a ausência de fim da identidade pessoal, mas antes de tudo intensidade ou plenitude dessa vida. Se a identidade pessoal, na sua relação com a identidade orgânica, conhece sempre limites na sua realização, sobretudo limites mesmo morais, a vida eterna seria a plenitude dessa vida pessoal, conseguida em Deus e concedida por Deus. Isso implica que essa vida eterna seja de outra dimensão, que a identidade pessoal orgânica não pode viver ainda, mas para a qual se orienta. Por isso, a vida não está em completa continuidade direta com a identidade pessoal vivida organicamente, mas também não instaura uma total

ruptura com ela, pois a tem sempre como condição: a vida eterna é sempre a vida do sujeito, cuja identidade pessoal se constrói nas relações assentes num organismo ou corpo.

Esta dimensão «eterna» da vida não se dá apenas depois da morte do organismo; a sua intensidade ou plenitude pode ser experimentada em momentos da vida orgânica, de modo orgânico, por sensações corpóreas (como é o caso das experiências de amor e de alegria. Mas essas experiências não são completas nem permanentes, nas condições da vida orgânica ou corpórea. Nesse sentido, são e não são verdadeira vida eterna.

A morte do organismo é um momento em que se completa a constituição da identidade pessoal, na relação e, desse modo, se torna possível o acesso à totalidade da dimensão plena. Mas esse acesso não é dado pela morte do organismo, em si mesma, pois essa significa apenas o fim de algo, incluindo o fim do processo de construção da identidade pessoal. Que acontece, então, com a pessoa que chega a esse momento e aí termina algo? A resposta passa a ser, claramente, uma resposta a partir da leitura cristã da existência, concentrada no acontecimento da ressurreição, como núcleo da fé cristã.

## 2. Fé cristã

A compreensão cristã da relação entre vida e morte, partindo dos pressupostos anteriormente apresentados, poderia ser descrita nos seguintes aspectos:

- A «vida eterna», como plenificação da identidade pessoal, pressupõe a morte do organismo biológico, como ruptura total da possibilidade de relação, constituinte da identidade pessoal. Nesse sentido, essa morte não equivale à morte total e irrevogável, que na linguagem bíblica seria denominada «morte eterna» e que é causada pelo pecado.

- Contudo, a «vida eterna», que se torna possível após a ruptura da identidade pela morte do organismo, não é resultado direto da vida biológica desse organismo, não sendo pois um produto imanente a esse organismo. Nesse sentido, tudo se transforma e tudo terminará, do ponto de vista físico.

- Ao mesmo também, a «vida eterna» referida também não é algo produzido pela natureza nem por cada ser humano, correspondente à sua intrínseca capacidade natural – só pode ser acolhido como *dádiva gratuita* (ressurreição) de Deus.

- A ressurreição, contudo, não é regresso à vida do organismo, mas transfiguração da identidade pessoal (construída sempre na vida biológica do organismo ou do corpo) numa outra dimensão – precisamente a dimensão da plenitude dada por Deus.

– Essa vida em plenitude é a vida de cada pessoa – na sua identidade pessoal finita – perante Deus, não como Deus ou como dissolução no divino, enquanto alma universal impessoal.

– Na perspetiva cristã, viver a partir de Deus, perante Deus, para Deus, enquanto realização plena da vida, para além da força da morte, é a noção plena de amor.

– Como consequência, a «vida eterna» – que é a vida em que acreditamos, para além de toda a morte – é a permanente e plena experiência do amor, enquanto relação de dádiva e de recepção. Não responde propriamente ao desejo de infinitude dos seres humanos, pois esse desejo é muito ambíguo quanto à verdadeira natureza humana finita; mas corresponde à verdade do amor e da relação, que exige plenitude e eternidade.